

**ESTUDOS
MIGRATÓRIOS NA
MODERNIDADE E NA
PÓS-MODERNIDADE:
DO ECONÔMICO AO
CULTURAL?***

*STUDIES MIGRATÓRIOS NA
MODERNIDADE AND THE POST-
MODERNIDADE: THE ECONOMIC
THE CULTURAL?*

*ESTUDIOS MIGRATÓRIOS NA
MODERNIDAD Y DE LA
POSMODERNIDAD: EL ECONÓMICO
CULTURAL?*

**MARCOS LEANDRO
MONDARDO**

Mestrando em Geografia pelo
Programa de Pós-Graduação em
Geografia da Universidade
Federal da Grande Dourados;
Bolsista CAPES.

Endereço: Rua Itapeva, nº 150,
Bairro Pinheirinho – Francisco
Beltrão – Paraná
CEP 85603-010

Correio Eletrônico:
marcosmondardo@yahoo.com.br

*Agradeço as importantes e atentas leituras e as contribuições de Jones Dari Goettert e Flaviana Gasparotti Nunes, do curso de graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados.

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar estudos da migração da “modernidade” e da “pós-modernidade”. Na modernidade, os estudos migratórios tenderam a apresentar, no interior de uma racionalidade cientificista, modelos gerais e hegemonicamente com perfil macro-materialista. No contexto pós-moderno, a partir da “crise da modernidade”, aventa-se a possibilidade da incorporação de novos elementos nas análises dos estudos migratórios, tais como da subjetividade, identidade, da relação eu/outro, da memória e das representações, do duo ausência/presença; sobretudo, apresenta maior ênfase sobre os sujeitos apontando para a hegemonia dos estudos culturais. Contudo, modernidade e pós-modernidade devem ser apreendidos como momentos de um mesmo processo. Nesta dialética, é temeroso desconsiderar o elemento cultural em nome de um “objetivismo” economicista; igualmente, corre-se o risco em recusar os elementos conjunturais e estruturais em prol da centralidade “liberal” do indivíduo. A migração, como “fenômeno social completo” e multifacetado, deve ser analisada através de uma perspectiva teórico-metodológica que incorpore elementos culturais e econômicos, portanto, uma totalidade que se faz por entre subjetividade, estrutura e conjuntura.

Palavras-chave: Migrações; Modernidade; Pós-modernidade; Econômico; Cultural.

Abstract: This article it has for the objectives to examine studies of the migration of “modernity” and “post-modernity”. In modernity, studies migration tended to present, within a rational scientificist, general models and hegemonic with profile macro-materialist. In the post-modern, from the “crisis of modernity”, see the possibility to incorporate new elements in the analysis of studies migration, such as of subjectivity, identity, the relations I/other, and the memory of representations, the duo absence/presence, in particularization, has increased emphasis on the subject pointing to the hegemony of cultural studies. However, modernity and post-modernity should be seized, as moments of the same process. This dialectic is a fear disregard the cultural element in the name of a “objective” economic; also, it is possible to refuse the cyclical and structural elements in favor of the centrality “liberal” the individual. The migration, as “complete social phenomenon” and multifaceted, must be examined through a theoretical and methodological approach that incorporates elements cultural and economic therefore a whole that is by between subjectivity, structure and conjuncture.

Key-words: Migration; Modernity, Post-modernity; Economic, Cultural.

Resumen: Este artículo tiene por objetivo examinar los estudios de la migración de la “modernidad” y “posmodernidad”. En la modernidad, estudios de la migración tiende a presentar, dentro de un racional científico, modelos generales y hegemonicamente con perfil macroeconómico materialista. En el posmoderno, de la “crisis de la modernidad”, de la crisis de la modernidad, aventa la posibilidad de incorporar nuevos elementos en el análisis de los estudios de migración como de la subjetividad, la identidad, la relación yo/otros, y la memoria de las reclamaciones, el dúo ausencia/presencia, en particular, ha aumentado la atención sobre el tema apunta a la hegemonía de los estudios culturales. Sin embargo, la modernidad y la posmodernidad debería aprovecharse en momentos de un mismo proceso. Esta dialéctica es temeroso desprecio cultural elemento en el nombre de un “objetivismo” económica; también, es posible negarse a los elementos cíclicos y estructurales en favor de la centralidad “liberales” la persona. La migración, como “fenómeno social total” y multifacética, debe ser examinado a través de un enfoque teórico y metodológico que incorpora elementos culturales y económicos, por lo tanto, un todo que es por entre la subjetividad, la estructura y coyuntura.

Palabras clave: Migración; Modernidad; Posmodernidad; Económicos, Culturales.

Foi nestes lugares que vim ao mundo, foi daqui, quando ainda não tinha dois anos, que meus pais, migrantes empurrados pela necessidade, me levaram para Lisboa, para outros modos de sentir, pensar e viver, como se nascer eu onde nasci tivesse sido consequência de um equívoco do acaso, de uma casual distração do destino, que ainda estivesse nas suas mãos emendar (...) Só eu sabia, sem consciência de que o sabia, que nos legíveis fólios do destino e nos cegos meandros do acaso havia sido escrito que ainda teria de voltar à Azinhaga para acabar de nascer.

José Saramago
As pequenas memórias

Introdução

O passado e o presente (e o futuro, porque não?) das sociedades são marcados pela mobilidade das pessoas. Ontem e hoje, as migrações desafiam pesquisadores em busca de métodos e teorias para compreender o fenômeno. No interior das análises, historicamente, foram apresentadas inúmeras maneiras de se estudar a mobilidade espacial da população, sendo que muitas análises, nesse processo, se tornaram clássicas e referenciais para o estudo.

A sociedade, contudo sofre constantes mutações. Mudanças contextuais ocorridas nas últimas décadas, principalmente aquelas vinculadas ao processo de acumulação do modo de produção capitalista, foram marcantes. A transição do sistema de acumulação fordista pelo sistema de acumulação flexível, que se inicia nas décadas de 1970 e 1980, proporcionou “um conturbado período de reestruturação econômica e de ajustamento social e político” (HARVEY, 1994, p. 140), resultando em novas/velhas formas de mobilidade espacial da população.

No âmbito dos estudos das migrações, inúmeras transformações ocorreram, resultante da chamada “crise da razão” e/ou do “embate” na ciência da modernidade à pós-modernidade. Nesse sentido, vive-se um período denominado de “pós” em que as *incertezas* pairam no âmbito das ciências, pela necessidade de romper com esses referenciais para buscar resultados “aceitáveis”, menos dicotômicos e que busquem superar (principalmente no estudo das migrações) a exclusividade do elemento *econômico* na análise.

Assim, aqui se busca analisar, no desenvolvimento histórico dos estudos migratórios, como as questões da modernidade e da pós-modernidade perpassaram e perpassam o desenrolar das pesquisas. Pretende-se verificar o papel do elemento econômico nas migrações (os quais ergueram as bases para o estudo), até a incorporação de novos elementos na análise, principalmente com a maior ênfase do elemento cultural.

Dessa forma, estruturamos nosso texto da seguinte maneira: na primeira parte

buscamos sistematizar alguns dos principais elementos de suporte nas discussões entre modernidade e pós-modernidade; na segunda parte, buscamos analisar os principais troncos teóricos dos estudos da migração – qual a ligação com as questões da modernidade e da pós-modernidade – e quais os novos estudos/elementos incorporados na reflexão sobre a mobilidade espacial. Por fim, apresentamos nossas considerações sobre os estudos das migrações e suas transformações na “crise da modernidade” com a incorporação de novos elementos na análise.

Modernidade e Pós-Modernidade

A Modernidade

Um dos principais atributos da modernidade é a *racionalidade* (HISSA, 2006, p. 51). A razão é a fonte da ciência moderna. Modelos matemáticos e leis gerais fazem parte, dentre outros elementos, da cientificidade da ciência moderna. Segundo Gomes (1996, p. 25), “A razão é a fonte de toda generalização, da norma, do direito e da verdade. A ordem, o equilíbrio, a civilização, o progresso são noções saídas diretamente deste sistema moderno que se proclama como a única via de acesso a um mundo verdadeiramente humano”.

Sousa Santos (2004), concebe a modernidade como um paradigma sócio-cultural que se constitui a partir do século XVI e se consolida entre finais do século XVIII e meados do século XIX. Segundo o autor, os componentes do modernismo seriam “(...) a emancipação social que é concebida como o processo histórico da crescente racionalização da vida social, das instituições, da política e da cultura e do conhecimento com um sentido e uma direção unilineares precisos, condensados no conceito de progresso” (p. 14).

Em sua obra *Geografia e Modernidade*, Paulo César da Costa Gomes, também, entende ser a modernidade construída “(...) sob a forma de um duplo caráter: de um lado, o território da razão, das instituições do saber metódico e normativo; do outro, diversas ‘contracorrentes’, contestando o poder da razão, os modelos e métodos da ciência institucionalizada e o espírito universalizante” (1996, p. 26). A modernidade é considerada como um novo código de valorização que se espalha pelas mais diversas esferas da vida social tomando diferentes formas, “(...) e que possui uma dinâmica espaço-temporal muito complexa para ser objeto de uma precisa localização, ainda que uma época moderna seja facilmente identificada” (1996, p. 28). É como parte do espectro deste processo de reconfiguração dos valores sociais, que a ciência ocupa um destacado papel como discurso fundamental do novo código de valores da modernidade.

Hissa afirma que a modernidade refere-se ao “tempo das luzes”:

(...) toma-se a modernidade como o tempo das luzes: origens ou marcos pós-medievais; tempo das explorações intercontinentais, da ampliação do conhecimento dos territórios, dos povos e das descobertas; tempo da gênese

da ciência moderna e dos Estados modernos; tempo da divisão de tarefas, da ampliação da produtividade e da produção; tempo histórico da expectativa do progresso estendido a todos. Para referir-se à ciência, do método, da objetividade da imparcialidade, do rigor, do trabalho científico especializado (HISSA, 2006, p. 62).

Segundo o autor, o moderno é um tempo em constantes transformações, porém, é também um tempo de crise. Tempo de dúvidas e de encruzilhadas, tempo de espaços vagos criados, de expectativas e de ansiedades diante da novidade. Tempo do novo, sempre ostensivo, aparentemente pronto para ocupar espaços vazios. É o tempo que sempre deixa algo prometido e não solucionado para o futuro.

Para Haesbaert, a modernidade implanta o novo através do *ser moderno*:

Se ser moderno é “estar de acordo com sua época”, como o senso comum legitimou, também é, como indica a própria raiz do termo, “estar na moda”, acompanhar o momento. Mas viver o presente ignorando o passado é *modismo*, é seguir constantemente “na crista da onda” que marca o presente, é não se fixar-se enraizar em objetos e idéias, é mutação/“desterritorialização” permanente, velocidade que não pára, só passa – rede/fluxo que pensa a mudança como simples mobilidade, pois mutação que se dá todo tempo acaba se tornando um mudar por mudar, sem atingir mais do que a superfície dos fatos (HAESBAERT, 2002, p. 57, [grifo do autor]).

Assim, a modernidade impõe o mudar por mudar “sem sentido”, o novo que se torna velho ao piscar de olhos. A alta velocidade nos processos de consumo, de produção, da articulação de idéias, na alta produtividade¹. Aliado a isso, Gomes (1996) aventa a hipótese de que a modernidade retém em sua base um duplo caráter fundamental formado pelo par novo/tradicional. Embora sejam noções antigas (novo/tradicional), elas se tornaram um verdadeiro sistema de valores. Para se falar de tradição, por exemplo, há de se referir a um sistema de valores apoiados no “novo”, assim, “(...) são dois sistemas que se opõem, mas que estruturam uma mesma ordem” (p. 29).

Por outro lado, o moderno refere-se ao fortalecimento de instituições e de práticas articuladas envolvendo Estado, capital, sociedade e ciência. Nesta perspectiva, Giddens (2002, p. 221) define a modernidade como “a presente fase de desenvolvimento das instituições modernas, marcada pela radicalização e globalização dos traços básicos da modernidade”. Ainda, segundo o autor:

A “modernidade” pode ser entendida como aproximadamente equivalente

¹ Segundo Haesbaert (2002, p. 57), “Na ânsia pelo novo e no fascínio por essa velocidade de crescimento avassalador, teríamos desembocado no paradoxo lavouiseiriano defendido hoje pelos pós-modernistas: de tanto acelerar sua mudança, o mundo moderno teria caído no ‘nada se cria, tudo se repete’ (ou se copia, se simula).”

ao “mundo industrializado” desde que se reconheça que o industrialismo não é sua única dimensão institucional. Ele se refere às relações sociais implicadas no uso generalizado da força material e do maquinário nos processos de reprodução. Como tal, é um dos eixos institucionais da modernidade. Uma segunda dimensão é o capitalismo, sistema de produção de mercadorias que envolve tanto mercados competitivos de produtos quanto a mercantilização da força de trabalho (GIDDENS, 2002, p. 21).

Assim, a industrialização, o Estado e a ciência constituem grandes pilares da modernidade. Ainda, Giddens (1991, p. 173-177) afirma que “uma das conseqüências fundamentais da modernidade (...) é a globalização”, “a modernidade é inerentemente globalizante (...), ou seja, à experiência de viver num mundo em que *presença e ausência* se combinam de maneiras historicamente novas”, entrelaçando-se “concomitantemente”.

2

Bauman (2005), por sua vez, afirma que em nossa época líquido-moderna a mudança obsessiva e compulsiva (chamada de várias maneiras: “modernização”, “progresso”, “aperfeiçoamento”, “desenvolvimento”, “atualização”) é a *essência do modo moderno de ser*. “Você deixa de ser ‘moderno’ quando pára de ‘modernizar-se’, quando abaixa as mãos e pára de remendar o que você é e o que é o mundo a sua volta” (p. 90).

A Pós-Modernidade

“Desconfia-se da racionalidade” (HISSA, 2006, p. 52). Para Sousa Santos (2004), a partir de 1980 o mundo desenhado pela razão começa a ser questionado e “rejeitado”. Fala-se de “crise da modernidade”, “envelhecimento da modernidade”, “crise da razão” etc. Pode-se dizer que a “crise da modernidade”, em síntese, resulta da inserção dos indivíduos na sociedade de forma desigual; resulta de promessas não cumpridas, advindas do próprio ambiente histórico da modernidade; resulta da crise da sociedade, sendo também decorrente da crise do capital; é função da crise do Estado e da crise política. Assim:

(...) a crise da razão – crise da própria ciência – permite e abre espaço para a discussão de novos formatos de produção do saber, de novos métodos e de posturas alternativas. Discute-se a emergência de novas sensibilidades, também no âmbito da ciência. Por essa ótica, o debate percorre meandros ainda mais tortuosos e reforça novas polêmicas (HISSA, 2006, p. 64).

Segundo Harvey (1994), a pós-modernidade valoriza o pensamento que destaca o caos da vida moderna e a impossibilidade de lidar com ela pela via racional; não sendo possível, assim, por uma metalinguagem, uma metanarrativa ou metateoria revelar uma

² Giddens (1991, p. 69), afirma que a globalização pode assim “ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distancia e vice-versa”.

conexão entre os fatos, o que significa a inexistência de uma determinada ordem na vida. De acordo com Hissa (2006, p. 92), “os espaços-tempos pós-modernos sugerem uma demarcação cronológica a iniciar-se na ‘era pós-industrial’, por volta dos anos cinqüenta”.

Outro aspecto que Harvey (1994) destaca na pós-modernidade diz respeito ao seu lado psicológico; enquanto a modernidade dedica-se à busca do futuro, a pós-modernidade concentra-se nas circunstâncias induzidas pela fragmentação e instabilidade características da vida, de modo que impede o planejamento do futuro.

Por sua vez, Sousa Santos (2004) afirma que a idéia da pós-modernidade aponta “(...) para a descrição que a modernidade ocidental fez de si mesma e nessa medida pode ocultar a descrição que dela fizeram os que sofreram a violência com que ela lhes foi imposta. Essa violência matricial teve um nome: o colonialismo” (2004, p. 6-7). Assim, vivemos, de fato, um tempo intelectual complexo que se pode caracterizar desta forma algo paradoxal: “(...) cultura e especificamente a cultura política ocidental é hoje tão indispensável quanto inadequada para compreender e transformar o mundo” (2004, p. 7). Assim, a idéia da “(...) exaustão da modernidade ocidental facilita a revelação do caráter invasivo e destrutivo da sua imposição no mundo moderno, uma revelação cara ao pós-colonialismo” (2004, p. 11). Nesse contexto, o autor entende por “pós-colonialismo”:

(...) um conjunto de correntes teóricas e analíticas, com forte implantação nos estudos culturais, mas hoje presentes em todas as ciências sociais, que têm em comum darem primazia teórica e política às relações desiguais entre o Norte e o Sul na explicação ou na compreensão do mundo contemporâneo. Tais relações foram construídas historicamente pelo colonialismo e o fim do colonialismo enquanto relação política não acarretou o fim do colonialismo enquanto relação social, enquanto mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória. Para esta corrente, é problemático saber até que ponto vivemos em sociedade pós-coloniais. Por outro lado, o caráter construtivo do colonialismo na modernidade ocidental faz com que ele seja importante para compreender, não só as sociedades não ocidentais que foram vítimas do colonialismo, mas também as próprias sociedades ocidentais, sobretudo os padrões de discriminação social que nelas vigoram. *A perspectiva pós-colonial parte da idéia de que, a partir das margens ou das periferias, as estruturas de poder e de saber são mais visíveis.* Daí o interesse desta perspectiva pela geopolítica do conhecimento, ou seja, por problematizar que produz o conhecimento, em que contexto o produz e para quem o produz (SOUSA SANTOS, 2004, p. 9, [grifo nosso]).

Para Hissa (2006), a “crise da modernidade” ou o seu “envelhecimento” se refere:

(...) a pós-modernidade não significa a transição espontânea para um momento, ou situação, posterior à modernidade, mas para além da modernidade. *O pós-moderno sinaliza uma ruptura que se inicia pelo próprio modernismo*, indicando um movimento substancial para além ou longe dele.

(...) No entanto, a transição se realiza, na esfera do pensamento, como subversão à ordem e às normas instituídas pela modernidade, e não como passagem espontânea e inevitável (HISSA, 2006, p. 95, [grifo nosso]).

A pós-modernidade seria, portanto, uma sinalização de ruptura diante da modernidade em crise. Mas é, sobretudo, uma reflexão (tendência de ruptura) que se constrói através da crítica do moderno. Essa crítica pós-moderna da modernidade traz no seu cerne, segundo Sousa Santos, a:

(...) crítica do universalismo e das grandes narrativas sobre a unilinearidade da história traduzida em conceitos como progresso, desenvolvimento ou modernização que funcionam como totalidades hierárquicas; renúncia a projetos coletivos de transformação social, sendo a emancipação social considerada como um mito sem consistência; celebração, por vezes melancólica, do fim da utopia, do cepticismo na política e da paródia na estética; concepção da crítica como desconstrução; relativismo ou sincretismo cultural; ênfase na fragmentação, nas margens ou periferias, na heterogeneidade e na pluralidade (das diferenças, dos agentes, das subjetividades); epistemologia construtivista, não fundacionalista e anti-essencialista (SOUSA SANTOS, 2004, p. 9-10).

Harvey (1994, p. 275 -276) assinala que, na “condição pós-moderna”, ocorre a compressão do espaço-tempo que enseja uma mudança nos nossos mapas mentais, nossas atitudes e instituições; porém, esta transformação não ocorre na mesma velocidade das transformações empreendidas no espaço pelo vetor técnico científico, de modo que há uma defasagem que pode trazer sérias conseqüências ao nível de decisões dos mais diversos tipos (ordem financeira, militar, etc.). Logo, essa compressão espaço-tempo, na pós-modernidade, acarretaria em um “novo padrão espacial”, a polarização a nível global (no topo) e a pulverização a nível local, correlato ao novo padrão de acumulação flexível, que traz uma outra maneira de organização espacial.

Portanto, os sintomas daquilo que pode ser caracterizado como “crise da modernidade” dizem respeito “à saturação dos grandes mitos da Razão, da Pátria e do Progresso – os grandes valores constitutivos daquilo que ficou conhecido como a Modernidade. É no nível da valorização do cotidiano que são encontrados indícios dessa saturação (...)” (HISSA, 2006, p. 105). Sobre a valorização do cotidiano, Certeau, em *A invenção do cotidiano*, constrói uma teoria das práticas cotidianas para extrair de seus ruídos as maneiras de fazer que, majoritárias na vida social, não aparecem muitas vezes senão a título de resistência ou de inércia em relação ao desenvolvimento da produção sócio-cultural. Assim, “(...) os relatos cotidianos contam aquilo que, apesar de tudo, se pode aí fabricar e fazer. São feitura de espaço” (CERTEAU, 1994, p. 207). Há, portanto, uma crítica à forma da ciência moderna lidar com os elementos do cotidiano.

Desta maneira, Gomes (1993, p. 41), afirma que na pós-modernidade “não há

exatamente novos paradigmas, trata-se muito mais de um processo de renovação em relação às posições fundadoras da modernidade científica”. Em uma perspectiva muito próxima, Sousa Santos reitera que:

A transição pós-moderna é concebida como um trabalho arqueológico de escavação nas ruínas da modernidade ocidental em busca de elementos ou tradições suprimidas ou marginalizadas, representações particularmente incompletas porque menos colonizadas pelo cânone hegemônico da modernidade que nos possam guiar na construção de novos paradigmas de emancipação social. Entre essas representações ou tradições, identifico, no pilar da regulação, o princípio da comunidade, e no pilar da emancipação, a racionalidade estético-expressiva (SOUSA SANTOS, 2004, p. 19).

Portanto, e também segundo Hissa (2006, p. 106), o pós-moderno valorizaria as sensibilidades cotidianas, o que é local, o que é sensível e, em termos gerais, “a ética da estética”, que foram, em certa medida, negligenciados pelo movimento hegemônico da ciência na modernidade. Há, portanto, nesse processo, a valorização dos “(...) habitantes que vivem e constroem o cotidiano dos lugares” (p. 107). Assim, a pós-modernidade resgataria, também, elementos culturais nas análises científicas.

Modernidade, Pós-Modernidade e o estudo das Migrações

Migrações e Modernidade

Pretendemos, a partir de agora, percorrer elementos da trajetória do estudo das migrações no contexto da modernidade. Como analisamos anteriormente, a modernidade se caracteriza pela racionalidade científica, pelos modelos matemáticos, pela sistematização, pelo desenvolvimento e aplicação de conceitos etc. Nesse sentido, pretendemos compreender esse processo racional da ciência no decorrer dos estudos das migrações, principalmente, verificando como o fator *econômico* (ou, em certos casos *economicista*) perpassou as pesquisas e os conceitos elaborados. Por esse motivo, percorreremos sumariamente os grandes *truncos teóricos* através dos quais a migração foi sendo analisada.³

Na análise que se segue, procura-se apresentar brevemente três grandes troncos teóricos nos quais pode ser enquadrada a maior parte da produção teórica sobre as migrações no contexto da modernidade. Também a produção empírica pode ser situada quanto aos mesmos, na medida em que faz uso (por vezes não assumido) de concepções sobre a migração, as quais acabam tendo conseqüências quanto à análise.

³ Truncos teóricos foi uma expressão utilizada, dentre outros, por Salim (1992, p. 122), e, posteriormente também utilizada por Póvoa Neto (1997, p. 15), para designar uma classificação de trabalhos existentes segundo suas filiações teóricas e os aspectos da realidade priorizados.

Pode-se falar, em primeiro lugar, de um conjunto de autores que faz uso de uma *concepção neoclássica* do espaço e das migrações. Para tal concepção, as migrações não têm uma expressão apenas demográfica, mas principalmente *econômica*, representando deslocamentos espaciais de trabalhadores no espaço geográfico. Para Salim (1992, p. 122), “Para este tronco teórico, os movimentos populacionais correspondem à mobilidade geográfica dos trabalhadores. Esta, por sua vez, surge de desequilíbrios espaciais dos ‘fatores de produção’: terra, capital e recursos naturais”.

Segundo Póvoa Neto (1997, p. 15) o migrante seria, segundo tal abordagem, um portador de *trabalho*, fator produtivo que, em combinações adequadas com a *terra* e o *capital*, apresenta interesse para os processos de desenvolvimento *econômico*. O espaço pode ser, para os neoclássicos, “equilibrado” ou “desequilibrado”, conforme a combinação de fatores mais ou menos próxima de um determinado “ótimo”. Vainer (2005), aponta que a análise da migração, nesta perspectiva, apresentaria os seguintes contornos:

A migração tem como origem, por um lado, a liberdade e o *cálculo racional*; por outro lado, sua condição é a existência de desequilíbrios espaciais, desequilíbrios que os deslocamentos de homens (e também de capitais) contribuirão para eliminar, isto é, à homogeneização: na verdade, desequilíbrio e homogeneização são a condição geral (VAINER, 2005, p. 261, [grifo nosso]).

Como conseqüência das diferenças regionais, a migração teria papel decisivo na eliminação dessas mesmas diferenças, atuando como fator corretivo dos desequilíbrios sócio-econômicos no espaço. É o mecanismo que restaura o equilíbrio e, como tal, otimiza a oferta e a procura entre diferentes setores e subespaços, incidindo positivamente nos níveis de produtividade *econômica* e, principalmente, nos diferenciais regionais quanto às condições de *emprego* e de *renda* (SALIM, 1992, p. 123). Para Póvoa Neto (1997, p. 16), “seguida esta perspectiva, pode-se supor que o espaço geográfico caminharia para uma homogeneização”. Desse modo:

(...) correspondem à perspectiva neoclássica pelo menos três supostos básicos sobre a migração, ou seja, i) os diferenciais de salário e de oportunidade de emprego entre áreas distintas; ii) o cálculo racional do indivíduo face aos custos e utilidades entre a permanência e a mudança; iii) as correntes migratórias como somatório das decisões individuais (SALIM, 1992, p. 123).

Como destaca Gaudemar (1977, p. 173-174), a concepção neoclássica traz implícita, assim, a idéia de recusa da imperfeição causada pela desigualdade estrutural e de aceitação tácita das variações conjunturais, além, é claro, da propensão “natural” da força de trabalho ao movimento, logo que a diferenciação social se manifeste a nível do

espaço.

Ainda, para Salim (1992, p. 123), nessa concepção, “o indivíduo é a unidade da análise, e sua propensão natural ao movimento é um pressuposto”⁴. O migrante, como um portador do fator trabalho, busca o máximo retorno para seu “investimento” em um dado ponto do espaço. Conseqüentemente, os diferenciais de salário, na espacialidade heterogênea, configura-se como fator básico da migração. Assim, “Tal imagem se assemelha a uma caricatura da *primazia do econômico* na análise social” (PÓVOA NETO, 1997, p. 17, [grifo nosso]). Nesse sentido:

Tais teorias podem ser qualificadas como “neoclássicas” pela continuidade que representam quanto às preocupações dos *economistas ditos “clássicos”*, ao lidarem com a questão do *equilíbrio econômico* e a da fundação do trabalho no mesmo. Para os “neoclássicos”, a mobilidade do trabalho deveria ser perfeita, acompanhando a tendência geral da circulação das mercadorias num espaço que tendia á homogeneidade. Todavia, as suas anlises confrontavam-se inevitavelmente com a existência, no espaço econômico europeu dos séculos XVIII e XIX, de evidentes imperfeições nesta mobilidade (PÓVOA NETO, 1997, p. 16, [grifo nosso]).

Assim, a concepção neoclássica implica em considerar o econômico na análise das migrações, através da “vontade” do mercado de trabalho e do indivíduo em buscar melhores condições de vida através de uma melhor remuneração.⁵

O segundo tronco teórico a ser analisado é nomeado por diversos autores como concepção *histórico-estrutural* das migrações. Esta busca enraíza sua análise no solo dos contextos históricos e geográficos específicos. Se a concepção anterior colocava toda a ênfase na decisão soberana do indivíduo inserido na dinâmica do mercado capitalista, o que se tem agora é a análise de grupos e classes sociais a sofrer a força de estruturas sociais e econômicos que explicam a maior ou menor propensão para a migração. Assim:

Enraizado no *materialismo histórico*, este tronco teórico vê a migração não como ato soberano do indivíduo ou soma de escolhas individuais, mas como fenômeno (relação ou processo), social, onde a unidade é a corrente ou fluxo composto por *classes sociais* ou grupos sócio-econômicos que emanam de estruturas societárias geograficamente delimitadas (SALIM, 1992, p. 125, [grifo nosso]).

⁴ O papel do indivíduo na abordagem neoclássica é denominada por Ferreira (1986, p. 99) de “comportamentalista”, que enfatiza as atitudes possíveis de indivíduos que, ao migrar, atenderiam aos apelos do mercado capitalista.

⁵ Ainda, segundo Vainer (2005, p. 262), na concepção neoclássica, “O homem que se localiza é o homem que *calcula*, que faz do *cálculo econômico o princípio de seu comportamento* e, portanto, só existe na condição de homem livre. O espaço no qual circulam capitais e trabalhadores é espaço abstrato, homogêneo, *puro espaço econômico* onde se condensam ou dispersam recursos econômicos e capitais de vários tipos” (grifo nosso).

Para Póvoa Neto (1997, p. 18), na concepção *histórico-estrutural* prioriza-se a percepção de *processos sociais gerais*, dentro dos quais a migração ganha sentido e tende a assumir um papel, que implica na *saída* de *trabalhadores* anteriormente inseridos e *estruturas sociais tradicionais* e na sua condução *rumo* ao *mercado de trabalho* propriamente *capitalista*. No Brasil, muitos estudos foram importantes nessa perceptiva, dentre os quais destacamos *Economia Política da Urbanização*, de Paul Singer⁶. Segundo o autor, o “estudo das migrações a partir de um ângulo de classe deve permitir portanto uma análise da contribuição das migrações para a formação de estruturas sociais diferentes e para a constituição de novos segmentos da economia capitalista” (1981, p. 57).

Desse modo, segundo Póvoa Neto (1997, p. 18), nos estudos histórico-estruturais existem problemas quanto à conciliação entre níveis macro e micro. A migração é fenômeno social cujos determinantes e conseqüências remetem a outros fenômenos sociais *historicamente* determinados e que se relacionam a processos de *mudança estrutural*. O foco de análise é redirecionado para as contradições no âmbito das relações sociais de produção, do desenvolvimento das forças produtivas e dos mecanismos subjacentes de dominação. São utilizados uma variedade de modelos nas análises como a “teoria da dependência”, o “colonialismo”, a relação “centro-periferia” e a “acumulação global”.

Para Salim (1992, p. 125), “a abordagem histórico-estrutural enfatiza, antes de tudo, a visão da estrutura como um todo (...) os diferentes movimentos da população são “explicados” pelas mudanças no âmbito da estrutura da produção”. Ocorre a “tendência predominante de dimensionar a migração pelo aspecto *econômico* – modos de produção, relação de produção, mecanismos de exploração, etc – sem relacioná-la com outros processos macrossociais importantes, como os de natureza social e cultural” (p. 126).

Assim, a migração redistribui a força de trabalho segundo as necessidades específicas do processo de acumulação, em contextos históricos concretos. O migrante é concebido simultaneamente como integrante do *exército industrial da ativa e da reserva* e, via de regra, resulta de transformações nas relações sociais de produção nas áreas de origem da migração (SALIM, 1992, p. 126-127). Desse modo:

No modelo estrutural, os indivíduos não fazem escolhas, ou melhor, não são os indivíduos e suas escolhas individuais que explicam os fluxos e a localização da população. No espaço – que não é mais o espaço da liberdade individual, mas o espaço da estrutura capitalista (espaço estrutural ou estruturado) – é o movimento do capital, da expansão ou retração, seu

⁶ Segundo Singer (1981, p. 38), “Os *fatores de expulsão* que levam as *migrações* são de duas ordens: *fatores de mudança*, que decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego (...) e *fatores de estagnação*, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários” (grifo nosso).

deslocamento ou permanência que comandam a mobilidade e a localização do trabalho. Agora, o que se impõe é a relação que submete à lógica e à dinâmica do capital todos os movimentos locacionais e toda a estrutura do espaço (VAINER, 2005, p. 263).

Portanto, na abordagem histórico-estrutural, o desenvolvimento do capitalismo assume a centralidade na análise da mobilidade populacional. A estrutura tem influência dominante na migração, sendo que a estrutura histórica do capitalismo é quem hegemonicamente “desloca” no espaço as pessoas. O econômico é central na análise através do modo de produção capitalista. Dessa maneira, “(...) o modelo estruturalista opõe um sujeito quase inexistente, simples epifenômeno da estrutura” (VAINER, 2005, p. 263).

O terceiro tronco teórico a ser analisado baseia-se, principalmente, na teoria *marxista* do trabalho, e propõe um enfoque apoiado no conceito de *mobilidade do trabalho*. Passa-se a utilizar a expressão mobilidade da força de trabalho, ao invés de migração. Segundo Póvoa Neto (1997, p. 19), esse tronco teórico busca ressaltar que as migrações não podem ser encaradas fora da realidade do *trabalho social*, e sim como pressupostos *econômicos* do mesmo. A atenção às migrações conduz necessariamente, portanto, às condições em que ocorre a produção e se estruturam as relações de trabalho em um determinado espaço. Assim:

Temos na ótica da mobilidade da força de trabalho, um novo foco de análise centrado na *relação capital/trabalho*, produção e reprodução ampliada desta relação. A migração deixa de ser conseqüência ou reflexo do espaço transformado para atuar como agente de transformação, e a dimensão espacial, traduzida como conjunto de relações sociais, é retida para possibilitar a análise de formas concretas de mobilidade da força de trabalho. Na realidade, segmentos da população ou contingentes da força de trabalho deslocam-se no espaço porque este se estrutura de forma a colocá-los em movimento. Significa dizer que existe uma característica adquirida da força de trabalho – a mobilidade - que faculta não apenas o seu movimento, mas também a localização e realocação espacial do capital, nas diversas esferas de produção (SALIM, 1992, p. 127, [grifo nosso]).

A obra clássica que caracteriza esse tronco teórico é *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*, de Jean Paul de Gaudemar, na qual realiza-se uma autêntica arqueologia do pensamento econômico resgatando a mobilidade como “noção perdida”, traçando uma genealogia do conceito e, sobretudo, mostrando que, a partir do século XVIII, as formas de mobilidade surgem como fenômenos marcadamente estruturais. A partir da leitura da obra de Marx, Gaudemar concebe o trabalho como forma de trabalho em atividade, e a acumulação de capital como relação social que se desenvolve qualitativa e quantitativamente. Para Salim (1992, p. 128), “Esta seria a condição estrutural da qual emerge a mobilidade. A partir daí, busca um conceito unitário – unidade conceitual, apesar

da multiplicidade de suas formas -, onde a natureza das relações social de produção tem papel determinante na sua conformação concreta”.

Gaudemar concebe a mobilidade do trabalho como elemento do jogo do capitalismo. O trabalhador portador de força de trabalho participa desse “jogo econômico como simples peão no tabuleiro”, como instrumento do capital:

Os homens não passam de instrumentos, e a força de trabalho não é mais do que um “continuum móbile”. O trabalhador move-se apenas ao serviço da máquina e do capital que a possui. Num tempo e num espaço de que é desapossado. Peão num tabuleiro, ponto ínfimo nas curvas de crescimento, está sujeito aos movimentos alternativos da expansão do capital (GAUDEMAR, 1977, p. 35).

A análise da obra de Marx leva Gaudemar a designar, como mobilidade do trabalho, a qualidade que permite o uso capitalista dos corpos dos trabalhadores, nas localizações, condições de intensidade e ritmos de produção requeridos para a máxima produção de valor. Não se trata apenas de uma descrição de deslocamentos espaciais de trabalhadores; mais que isso, o conceito marxista de mobilidade do trabalho surge assim como “trave mestra de toda a estratégia de desenvolvimento capitalista” (GAUDEMAR, 1977, p. 51).

Segundo Salim (1992, p. 128), a acumulação capitalista e seus corolários, como concentração, centralização, composição orgânica e técnica do capital, por um lado, e a proletarização e a exclusão social, via crescimento do excedente populacional relativo, por outro, não passam de elementos que conformam sua própria contraface, ou seja, a mobilidade da força de trabalho e suas possibilidades concretas.

O desenvolvimento do capitalismo seria o motor da mobilidade do trabalho. Para Póvoa Neto (1997, p. 19), nessa concepção, “a migração não é pois mero mecanismo de redistribuição espacial de populações, adaptando-se às solicitações do sistema econômico”. Em estruturas capitalistas marcadas pela rigidez ou expansão de sua morfologia econômica, as formas de mobilidade do trabalho surgem como fenômenos de submissão e não de liberdade, devido à tendência geral do capitalismo de açambarcar todas as formas pretéritas de produção. Nesse sentido, o trabalho e a força de trabalho se tornam uma mercadoria. “Toda estratégia de mobilidade é igualmente estratégia de mobilidade *forçada*”. (GAUDEMAR, 1977, p. 17, [grifo do autor]).

Assim, na concepção da mobilidade do trabalho, a mobilidade se liga à produtividade e à expansão física do capital, apresentando-se como *condição e consequência* do desenvolvimento das forças produtivas. Por seu papel essencial no processo de acumulação, as condições em que ela se manifesta podem retratar a própria natureza do *ciclo econômico*, na medida em que permite o uso extensivo da força de trabalho pelo capital (SALIM, 1992, p. 128).

Dessa maneira, esses são os troncos teóricos que abarcam os estudos das

migrações e/ou mobilidade do trabalho. Muitas críticas se fazem atualmente a esses modelos teóricos pela sua inconsistência para interpretar, de maneira abrangente a realidade. Salim (1992, p. 131) afirma que “o maior problema desses modelos encontra-se, todavia, na passagem do micro para macro (...)”. Já para Póvoa Neto, os problemas são:

Torna-se possível, assim, a crítica dos discursos existentes sobre a migração, na medida em que os mesmos podem ser encarados como constituindo um campo de debates sobre os trabalhadores e sua localização espacial. Os *problemas* detectados quanto a esta localização são, via de regra, problemas referentes à utilização do trabalho e à acumulação do capital (PÓVOA NETO, 1997, p. 20, [grifo do autor]).

Segundo o autor, os modelos teóricos não abarcam a realidade existente, principalmente, pela primazia do econômico, pela utilização do fator trabalho na análise conjunta à acumulação do capital. A realidade se apresenta de maneira complexa e as teorias neoclássicas, estruturalistas e da mobilidade do trabalho não conseguem abarcar esse movimento multifacetado da sociedade. Desse modo:

(...) temos uma crise da modernidade e de sua mitologia da liberdade. Os estudos dos processos de deslocamento de população evocam a frustração da promessa de liberdade que a modernidade proclamou (...) Crise, portanto, de teorias que não dão conta dessa dimensão da modernidade madura, mas crise também da própria modernidade e de suas promessas (VAINER, 2005, p. 272).

É dessa forma que as transformações do mundo, e a crise da modernidade estão presentes nos estudos das migrações. Assim como na ciência em geral surgem novas maneiras de interpretar a realidade (com a pós-modernidade), através (como já mencionamos) da valorização do cotidiano, do lugar, das identidades, dos indivíduos etc, nos estudos das migrações surgem, também, nesse movimento, novas maneiras de conceber a migração em um mundo em constante processo de transformação. São essas outras formas de entender e estudar as migrações que evidenciaremos a partir de agora.

Migrações e Pós-Modernidade

A pós-modernidade, ou o “envelhecimento” da modernidade, traz novos elementos para a análise na ciência. Nas migrações, novos elementos são incorporados nas análises. Tem destaque principalmente os elementos culturais, as relações do eu com o outro, os elementos psicológicos, as identidades etc. Para Menezes (2007, p. 115), a “Pós-modernidade é, sobretudo, uma hiperexposição à alteridade, à capacidade de perceber o

‘Outro’”; e, também, a “Pós-modernidade é inseparável da psicologia, o que vale dizer, da visão simbólica e poética” (p. 11). Sobre as migrações e a pós-modernidade, Menezes também afirma que:

As migrações contribuem nesse cenário de conflito como carreadoras de valores étnicos para outras culturas assim como contribuem, num sentido pós-moderno, para a diversidade, aportando instrumentos de criatividade para sistemas afundados na mesmice diga-se, normalidade (MENEZES, 2007, p. 119).

Dessa forma, a pós-modernidade tem a ver com uma perspectiva diversificadora; interpretações múltiplas para uma infinidade de fenômenos interligados as migrações. Surgem, neste contexto diferentes interpretações do fenômeno como, por exemplo, a análise de Menezes que destaca elementos culturais, através da perda, da identidade e da consciência coletiva:

Seja qual for a razão da migração, bem ou mal sucedida há nela uma constante psicologia a ser lembrada: a perda. Perde-se a referência territorial, os valores culturais e as pessoas conhecidas. Perde-se também a identidade – *identitas* que quer dizer ‘o mesmo’ ou ‘repetição do mesmo’ como em *identidem*. A identidade do migrante, assim, como a de qualquer indivíduo, é formada nesse momento de crise (*crisis* é oportunidade), quando se é forçado a escolher o que não se é e o que não se quer ser. É quando se começa a escolher o que não se é e o que não se quer ser. (...) O cerne dessa identidade é, em muito, determinado pelas imagens que lhe aparecem através do Outro, dos seus semelhantes, dos que lhe são importantes, da herança cultural e da consciência coletiva (MENEZES, 2007, p. 120, [grifo do autor]).

A cultura toma uma dimensão importante nos estudos da migração na pós-modernidade. Segundo Bhabha (1998, p. 241), “A dimensão transnacional da transformação cultural – migração, diáspora, deslocamento, relocação – torna o processo de tradução cultural uma forma complexa de significação”, pois:

(...) a questão da identificação nunca é a afirmação de uma identidade pré-dada, nunca uma profecia *autocumpridora* – é sempre a produção de uma imagem de identidade e a transformação do sujeito – isto é, ser *para* um *Outro* – implica a representação do sujeito na ordem diferenciadora da alteridade. A identificação (...) é sempre retorno de uma imagem de identidade que traz a marca da fissura no lugar do Outro de onde ela vem (BHABHA, 1998, p. 77, [grifo do autor]).

A importância da identidade na migração, da identificação do sujeito na mobilidade “intensa” e “desterritorializante” do mundo pós-moderno, é elemento de inúmeras análises.

Segundo Hall (2004, p. 87), na migração “a identidade e a diferença estão inexplicavelmente articuladas ou entrelaçadas em identidades diferentes, uma nunca anulando completamente a outra”, sempre em processo⁷. Segundo o autor, os migrantes das novas diásporas, criadas pelas migrações pós-coloniais, devem “(...) aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas. As *culturas híbridas* constituem um dos diversos tipos de identidades distintivamente novos *produzidos* na era da *modernidade tardia*” (HALL, 2005, p. 89, [grifo nosso]).

Assim, um aspecto da experiência migratória é a redefinição das identidades culturais e nacionais, quando os migrantes deixam uma sociedade e uma cultura e tornam-se parte de outra, surgindo, nesse processo, fenômenos como o de aculturação:

No caso da migração, indivíduos são socializados em uma cultura e vão morar depois em uma outra. Isto envolve uma seqüência de processos muitas vezes únicos ao fenômeno imigratório, que podem ser compreendidos ao utilizarmos o conceito de aculturação tanto no nível grupal como no nível individual (DEBIAGGI, 2004, p. 17).

Surgem, também, novas formas de compreender o fenômeno migratório com a incorporação de redes sociais. Esta surge como uma crítica à determinação do mercado de trabalho como explicação da mobilidade. Para Ramella (1995, p. 19), “(...) as relações pessoais que constituem canais de transmissão da informação, é que determinam *quem* terá *qual* trabalho”. Pois, “São as redes de relações sociais que formam parte, e que constroem e que estruturam as oportunidades. (...) são esses elementos que abrem e fecham o acesso as oportunidades” (p. 21).

Dessa forma, as redes de relações dos migrantes influenciam na inserção no mercado de trabalho da sociedade receptora. Ocorre, a partir da incorporação das redes sociais, a crítica ao modelo econômico nas migrações:

(...) propiciar a superação do uso débil do conceito de redes na história da emigração é algo muito maior que defender a causa da experimentação de novas metodologias. É uma maneira de transformar nosso estudo setorializado em um campo de investigação capaz de oferecer uma contribuição original a um debate histórico que tem o objetivo de superar as discussões das visões dos enfoques estruturalistas-funcionalistas e economicistas (RAMELLA, 1995, p. 21)

⁷ Como afirma Hall (2004, p. 39), “(...) a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não inato, existe na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formulada”. (...) A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de *uma falta* de inteireza que é “preenchida” a partir de *nosso exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por *outros*” (grifo do autor).

Outro estudo sobre as migrações que abarca novos elementos para a análise, é do sociólogo Abdelmalek Sayad, especialmente em *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. Nele, o autor analisa a e/imigração de argelinos para a França evidenciando, principalmente, os aspectos *sociais* dos e/imigrantes argelinos no processo. Utiliza-se para isso de fontes orais, obtidas através de entrevistas, retratando os elementos mais “íntimos” das vidas dos imigrantes, demonstrando as condições *cotidianas* dos sujeitos

pesquisados. Para Sayad, a emigração é um “fato social completo”. Assim, há o “emigrante”, aquele que saiu de sua própria sociedade, e há o “imigrante”, aquele que chegou a uma terra de estranhos: o *paradoxal* é que ambos são a mesma e única pessoa. No entanto, embora apresentando esses elementos, o autor afirma que a razão do e/imigrante é o trabalho:

Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. Em virtude desse princípio, um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e imigrante são, neste caso, quase um pleonasma), mesmo se nasce para a vida (e para a imigração) na imigração, mesmo se é chamado a trabalhar (como imigrante) durante toda a sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer (na imigração), como imigrante, continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento. A estadia autorizada ao imigrante está inteiramente sujeita ao trabalho, única razão de ser que lhe é reconhecida: ser como imigrante, primeiro, mas também como homem – sua qualidade de homem estando subordinada a sua condição de imigrante (SAYAD, 1998, p. 54-55).

Mesmo, resgatando a importância do trabalho como “razão de ser imigrante”, Sayad aponta para aspectos como a *provisoriidade*, enfatizando as *ausências* e *presenças* na vida do e/imigrante; do par provisório/permanente: característica inerente do imigrante no processo de deslocamento espacial. Assim, sua abordagem também se volta para a dimensão social, cultural e psicológica na análise do e/imigrante.

No Brasil, apresentamos dois estudos que entendemos serem singulares nessa nova maneira de compreender o processo migratório. Rogério Haesbaert (1995), analisa em sua tese, intitulada “*Gaúchos*” no Nordeste: *modernidade, des-territorialização e identidade*, a diáspora “gaúcha” (sulista) que se difunde pelo interior brasileiro acompanhando, concomitantemente, a “modernização” capitalista, estendendo-se na década de 1980 com a expansão da soja na área de cerrados, até a região Nordeste. Haesbaert toma por base o encontro entre sulistas e nordestinos, buscando analisar na migração sulista a reterritorialização que estes produzem nos cerrados baianos. Busca, principalmente, no sentido cultural e político, analisar aspectos da identidade na migração “gaúcha”, evocando elementos de “tradicionalismos” contraditórios entre sulistas e nordestinos. Desse modo, sua análise da diáspora “gaúcha” é importante porque busca

compreender o processo migratório a partir de uma perspectiva inovadora, isto é, através do processo de reterritorialização dos sulistas, buscando entender aspectos culturais e políticos desse fenômeno.

Já Jones Dari Goettert (2004), em sua tese *O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou*, buscou analisar a migração gaúcha para Mato Grosso vista por quem partiu e por quem ficou, ou seja, buscou compreender o processo de migração nos lugares de origem da migração (por aqueles que ficaram), e nos lugares de destino da migração (através daqueles que migraram). Através de três dimensões - subjetiva, conjuntural e estrutural - busca analisar ambos os lugares e as gentes, cada um com seus jeitos, os jeitos das pessoas dos lugares. Seu elemento central na análise é o lugar e os sujeitos, que através da memória e das representações, compreende o comportamento na migração a partir da presença e da ausência. Busca, a partir da transitoriedade migratória, as lembranças, os desejos e os medos dos migrantes. Sua análise é muitas vezes subjetiva, mas a faz sem deixar de analisar aspectos estruturais e conjunturais na migração, como, por exemplo, dos projetos governamentais de deslocamento populacional, da expansão da fronteira agrícola e da “modernização” da agricultura.

Ainda, em outro estudo, Goettert (2003, p. 17), “observando” migrantes em uma viagem de ônibus pelo interior do Brasil, afirma que a busca por melhores condições de vida faz parte das migrações, “mas ao falarem dos lugares onde viveram ou vivem, também outros aspectos participam de suas experiências, como a morte do filho, o estudo das filhas, a tristeza ou a alegria das pessoas, a família e a mulher...”. Desse modo, para o autor, as migrações devem ser entendidas para além do elemento econômico:

(...) penso que o diálogo e a problematização daquilo que nos falam as e os migrantes trabalhadores, palavras sobre questões de ordem econômica ou não, podem e devem participar de nosso jeito de fazer uma Geografia das migrações no Brasil, principalmente porque denunciam, mesmo sem o saber, que as gentes dos lugares – daí os próprios lugares – são portadores de humanidades que a coisificação capitalista está longe de destruir (GOETTERT, 2003, p. 17).

Outra forma de analisar a mobilidade na pós-modernidade é realizada por Zygmunt Bauman (1999). Este, afirma que a globalização traz conseqüências ao fenômeno da mobilidade: “Hoje em dia estamos todos em movimento” (p. 85). Segundo o autor, nos movimentamos como “turistas” ou como “vagabundos”. Estas são duas formas extremas da mobilidade na globalização: os “turistas mundiais” buscando caçar emoções e experiências, e os “vagabundos”, que são viajantes que não têm lugar na sociedade, e por isso buscam através da indesejável mobilidade, um lugar (sempre *provisório*) e melhor para ficar.⁸ Assim:

O que se aclama hoje como “globalização” gira em função dos sonhos e desenhos dos turistas. Seu efeito secundário – *colateral* mais inevitável – é a transformação de muitos outros em vagabundos. Vagabundos são viajantes aos quais se recusa o direito de serem turistas. Não se permite nem que fiquem parados (não há lugar que lhes garanta permanência, um fim para a indesejável mobilidade) nem que procurem um lugar melhor para ficar (BAUMAN, 1999, p. 101).

Assim, sendo a pós-modernidade uma nova sensibilidade, uma nova leitura e uma nova experiência de mundo, diretamente vinculada aos novos paradigmas tecnológicos que balançam as antigas certezas e os antigos laços da sociedade com o espaço, a pós-modernidade denota transformações nas formas de deslocamento espacial das pessoas. Como afirma Haesbaert (2006, p. 238), “(...) o migrante é parcela integrante – ou que está em busca de integração – numa (pós) modernidade marcada pela flexibilização – e precarização – das relações de trabalho”, sendo ligado inclusive ao processo de desterritorialização:

Um dos fenômenos mais frequentemente ligados à desterritorialização diz respeito à crescente mobilidade das pessoas, seja como “novos nômades”, “vagabundos”, viajantes, turistas, imigrantes, refugiados ou como exilados – expressões cujo significado costuma ir muito além de seu sentido literal, ampliando-se como poderosas (ou ambivalentes e, assim, controvertidas) metáforas. Toda uma cultura das viagens e mesmo uma *travelling theory* passou a se desenhar a partir da crescente mobilidade “pós-moderna” (HAESBAERT, 2006, p. 237, [grifo do autor]).

Com essa pretensa e “intensa” mobilidade pós-moderna, através das viagens dos turistas, dos “vagabundos”, dos imigrantes, dos trabalhadores, há um processo de valorização do lugar. Justamente pela anulação da pretensa homogeneização do mundo através da globalização, é que o “lugar mostra sua força”, como afirma Santos (2004). Desse modo, a mobilidade:

(...) se tornou praticamente uma regra, o movimento se sobrepõe ao repouso. A circulação é mais criadora que a produção. Os homens mudam de lugar, como turistas ou como imigrantes. Mas também os produtos, as mercadorias, as imagens, as idéias. Tudo voa. Daí a idéia de desterritorialização. Desterritorialização é, frequentemente, uma outra palavra para significar estranhamento, que é, também, desculturização (SANTOS, 2004, p. 328).

⁸ Bauman (1999, p. 103), afirma que nesse processo de mobilidade “Tanto o turista como o vagabundo são consumidores – e os consumidores dos tempos modernos avançados ou pós-modernos são caçadores de emoções e colecionadores de experiências; sua relação com o mundo é primordialmente *estética*: eles percebem o mundo como alimento para a sensibilidade, uma matriz de possíveis experiências (...)”.

Santos ainda destaca a valorização da cultura na migração: “Vir a cidade grande é, certamente, deixar para atrás uma cultura herdada para se encontrar com uma outra” (2004, p. 329). Ainda, o autor analisa o papel da memória individual e o papel do novo lugar que realiza transformações na vida do migrante: “O homem de fora é portador de uma memória, espécie de consciência congelada, provinda com ele de um outro lugar. O lugar novo o obriga a um novo aprendizado e a uma nova formulação” (p. 330).

Desse modo, sobre a importância do lugar na identificação do migrante, Hall (2004, p. 72) afirma que “O ‘lugar’ é específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado: o ponto de práticas sociais específicas que nos moldaram e nos formaram e com as quais nossas identidades são estreitamente ligadas”. Assim, para o autor, “Os lugares permanecem fixos; é neles que temos ‘raízes’” (p. 73).

Percebemos, no entanto, que o lugar, a memória e a identidade fazem parte do processo da migração e são imprescindíveis na análise. Zygmunt Bauman, em seu livro *Identidade*, comenta sobre a sua própria experiência como migrante, reiterando esse processo de reconhecimento *entre* identidade e lugar:

(...) uma vez tendo sido obrigado a me mudar, expulso de algum lugar que pudesse passar pelo meu “*habitat* natural”, não haveria um espaço a que pudessem considerar-me ajustado, como dizem, cem por cento. Em todo e qualquer lugar eu estava – algumas vezes ligeiramente, outras ostensivamente – “deslocado” (BAUMAN, 2005, p. 18, [grifo do autor]).

Assim, as migrações atualmente estão sendo estudadas por novas matrizes teóricas. Destaca-se a importância dos estudos que apresentam a cultura como elemento principal, justificada através do encontro e contato com inúmeras culturas no processo de mobilidade “intensa” na pós-modernidade. Para Ortiz, isso ocorre porque:

Como as culturas entram em contato por meio dos homens, a base referencial deve ser um agrupamento, uma coletividade de indivíduos que se desloca espacialmente. O choque ou a assimilação cultural se faz sempre no seio de um território, a nação, a cidade, o bairro. Dentro deste quadro, o conceito de memória coletiva torna-se fundamental para a análise (...), pois sabemos que as trocas se fazem em detrimento do grupo que parte, para se implantar, em condições adversas, em terras estranhas. (...) Entretanto, para ser vivificada, a memória necessita de uma referência territorial, ela se atualiza no espaço envolvente. (...) Os mecanismos da memória coletiva lhes permite recuperar as lembranças do esquecimento (ORTIZ, 2006, p. 75).

Assim, reconhecemos um movimento que estimula novas formas de compreender a migração. Estudos que demonstram fatores para além do econômico das concepções clássicas da modernidade.

Considerações Finais: Qual caminho seguir?

Através do tempo (e no[s] variado[s] espaço[s]) a análise das migrações sofreu transformações. É claro que as análises clássicas continuam (e devem continuar), sendo referenciais para o estudo das migrações, o que não impossibilita de buscar compreender as migrações com a incorporação de novos elementos e novas formas de análises, como buscamos demonstrar. Desse modo, nossa contribuição se faz na tentativa da sistematização de alguns elementos no estudo da migração no decorrer de sua trajetória na modernidade e na pós-modernidade, destacando o enfoque dos elementos econômicos e culturais que perpassam as análises.

Entendemos, desse modo, que as migrações devem ser estudadas de forma multifacetada, como afirma Póvoa Neto (1997). Também, porque devemos buscar:

Resgatar modos de vida, desejos e sonhos (perdidos ou realizados), o cotidiano, representações de si e do outro, imagens e discursos, relações de vizinhança, lazer e festas, as relações entre os lugares de origem e os lugares de destino, as condições econômicas de antes e depois, os encontros e desencontros (...) (GOETTERT, 2002, p. 167, [grifo do autor]).

Desse modo, compreendemos que o par novo/velho é interessante para os estudos da migração. O novo elemento que apresentamos no decorrer do texto na pós-modernidade é por nós entendido, enquanto um novo olhar que se dá sobre algo que sempre existiu, ou seja, é sobre a cultura dos sujeitos que passou a se firmar maior ênfase. Mas, então, qual o caminho a seguir? Da modernidade ou da pós-modernidade? Da hegemonia do “velho” elemento econômico e/ou da maior ênfase ao elemento cultural na pós-modernidade? Entendemos ser importante a mescla e/ou a multidimensionalidade dos elementos culturais e econômicos na abordagem na migração. Não se deve esquecer um ou outro; a melhor compreensão dos elementos subjetivos, estruturais e conjunturais é o desafio para uma maior complexificação e melhor apreensão da realidade e/ou do fenômeno estudado.

Compreendemos que a pós-modernidade se apresenta como um momento de gestação ou de tendência de ruptura, porém, como afirma Hissa (2006), pela falta de um nome mais adequado, se denominou “pós” esse momento de crises, questionamentos, indagações, e, portanto, de importantes reflexões. Como demonstramos, a modernidade tem por base a razão, os modelos gerais e, sobretudo, o elemento econômico para análise; a pós-modernidade apresenta maior ênfase nos elementos culturais, subjetivos, idiossincráticos, da valorização dos lugares etc. Entendemos que a modernidade e a pós-modernidade apresentam inúmeras contribuições. Apontamos que uma dialética entre elementos modernos e pós-modernos seja imprescindível para uma melhor compreensão da realidade e, em nosso caso, para o estudo da mobilidade espacial da população. O imbricamento entre economia e cultura, subjetividade, estrutura e conjuntura é o desafio

para a compreensão da migração cada vez mais multifacetada.

Desse modo, as transformações que ocorrem no mundo sugerem leituras que abarquem mais elementos na compreensão do fenômeno migratório. As análises resgatando o cotidiano, o lugar, o sujeito, a identidade, a representação do eu e do outro etc, demonstram o complexo “mundo da migração”. Demonstra, também, que as migrações estão para além da realidade modelada pelas teorias clássicas, que pela racionalidade foram apresentadas “ideais” para abarcar a realidade da mobilidade das pessoas.

Os desafios se apresentam pela diversidade de motivos e elementos que perpassam a vida dos migrantes, seus lugares, suas relações, suas formas de fazer, ver e ser *a e na* vida em trânsito. A migração se apresenta, portanto, como fenômeno instigante pela variedade de elementos que podemos compreender, focar e analisar. Há a necessidade da incorporação de novas fontes de análise, como a poesia, a música, a literatura etc. São várias as possibilidades para a mobilidade variada de pessoas com seus desejos, seus sonhos, seus objetivos, seus relacionamentos. São pessoas que migram, que levam relações, que levam objetos e outras pessoas, que encontram pessoas e objetos. São imigrantes e emigrantes, com seus dramas e felicidades, vitórias e derrotas. São os lugares e as pessoas dos lugares por onde passam ficam ou deixam, “corroídas” pelo capital e refazendo-se nos dramas e tramas do humano, demasiado humano.

Referências Bibliográficas

- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- DEBIAGGI, Sylvia Dantas. Introdução. In: DEBIAGGI, Sylvia Dantas; PAIVA, Geraldo José de. (orgs.) **Psicologia, e/imigração e cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, pp. 11-25.
- FERREIRA, Assuéro. “Migrações internas e subdesenvolvimento: uma discussão”. **Revista de economia política**, v. 6, n.1, 1986.
- GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.
- _____. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- GOETTERT, Jones Dari. Lugares Amaldiçoados, Perdidos e Tristes: “Pedaços” de uma Geografia das Migrações no Brasil. Revista **Cosmos**. Ano I, vol. I, nº 1. Presidente Prudente: FCT – Unesp, 2003, pp. 14-16.
- _____. Migrantes, trabalho e representações. In: GOETTERT, Jones Dari; FERREIRA, Ivanildo José (orgs.). **Migrantes em Rondonópolis: o fazer, o lembrar e o falar**. Rondonópolis: Centro de Direitos Humanos Simão Bororo, 2002, pp. 149-169.
- _____. **O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou**. Tese de Doutorado. Presidente Prudente: Programa de

Pós-Graduação em Geografia – FCT-UNESP, 2004.

GOMES, Paulo C. da C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HAESBAERT, Rogério. **“Gaúchos” no Nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade**. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1995.

_____. **O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Questões sobre a (Pós) modernidade. *In*: _____. **Territórios alternativos**. Niterói: EDUFF; São Paulo: Contexto, 2002, p. 51-76.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HARVEY, David. **A produção do espaço capitalista**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

HISSA, Cássio E. V. **A mobilidade das fronteiras: inserções da Geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006, p. 49-111.

MENEZES, F. L. Migração: uma perspectiva psicológica, uma leitura pós-moderna ou, simplesmente, uma visão preconceituosa. *In*: CUNHA, M. J. C.; GURAN, M.; HASSE, G.; MENEZES, F. L.; STEVENS, C. M. T.; **Migração e Identidade: olhares sobre o tema**. São Paulo: Centauro, 2007.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PÓVOA NETO, Helion. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para a análise. **Experimental**, n. 2, p. 11-24, março, 1997.

RAMELLA, Franco. Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios. *In*: BJERG, María; OTERO, Hernán (Orgs.). **Inmigracion y redes sociales en la Argentina moderna**. Tandil: CEMLA-IEHS, 1995, pp. 9-21.

SALIM, Celso A. **“Migração: o Fato e a Controvérsia Teórica”**. *In*: VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Anais, vol. 3, São Paulo, ABEP, 1992. pp.119-144.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SARAMAGO, José. **As pequenas memórias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EdUSP, 1998.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 1981.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Do Pós-Moderno ao Pós-Colonial. E para além de um e outro**. Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Coimbra, de 16 a 18 de Setembro de 2004. Disponível em: www.ces.uc.pt. Acesso: 12/09/2007.

VAINER, Carlos V. Reflexões sobre o poder de mobilizar e imobilizar na contemporaneidade. *In*: PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir Pacelli (orgs.). **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Revan, 2005, pp. 251-274.

Recebido para publicação dia 28 de Novembro de 2007

Aceito para publicação dia 12 de Fevereiro de 2008